



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SEP/AGEST/SPLAM

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2023

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às treze horas e quarenta minutos, realizou-se a primeira Reunião da Análise Estratégica (RAE) de 2023, a fim de apresentar a situação atual da Carteira de Projetos Estratégicos (CPE) da Justiça Militar da União (JMU), os principais resultados dos indicadores estratégicos do primeiro trimestre de 2023 e as metas nacionais específicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Presentes o Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente; a Juíza Federal Militar da 1ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), Drª Flávia Ximenes Aguiar de Sousa; o Secretário-Geral da da Presidência, Luiz Fernandes de Oliveira; o Diretor-Geral da Secretaria do STM, José Carlos Nader Motta; o Diretor de Tecnologia da Informação (DITIN), Ianne Carvalho Barros; o Diretor de Orçamento e Finanças, Camilo Rey Lauretto; o Assessor de Contabilidade (ASCONT), Marcondes José Freitas Bastos; a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST), Raissa Fernandes Marinho; a Assessora Adjunta de Gestão Estratégica e Inovação, Ingrid Vallenich; o Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia (SPLAM), José Henrique de Sousa Nascimento; a Chefe da Seção de Riscos (SRISC), Suzane Matos Pessoa. 1) Abertura dos trabalhos: a reunião foi aberta pelo Ministro-Presidente, que passou a palavra para a Assessora da AGEST, Raissa Fernandes, a qual apresentou o rito de monitoramento e avaliação da estratégia da JMU e pauta proposta para a RAE, com o objetivo de tratar da situação atual da Carteira de Projetos Estratégicos (CPE), da inclusão de novos projetos na CPE e, ainda, apresentar o resultado parcial das metas nacionais e específicas junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 2) Explicação acerca da CPE: dando continuidade à sua apresentação, a Assessora deu início à exposição do percentual de execução dos projetos que compõem a CPE, tratando de maneira detalhada dos projetos Gestão de Riscos, Sistema de Apoio a Gestão de Pessoas e Governança Institucional. Referente ao projeto Governança Institucional, foram apresentadas as ações iniciais já desenvolvidas, como a contratação do Instituto Brasileiro de Governança Pública para a capacitação dos gestores, sendo a fase atual a sensibilização da alta administração. O Ministro-Presidente, então, colocou o projeto como pauta para a próxima reunião, concordando com a intervenção do Diretor-Geral, de que seria ideal que os ministros tomem conhecimento, colaborando para a sensibilização da alta administração. Tratando do projeto de Gestão de Riscos a Assessora da AGEST passou a palavra para a gerente do projeto, Suzane Matos Pessoa, a qual iniciou sua apresentação com a fundamentação normativa a respeito do tema. Dando sequência, mostrou o planejamento das ações do projeto para o ano em curso, informando que a etapa atual compreende a aprovação da política

de gestão de riscos e o apetite ao risco da JMU. Foi apresentada, ainda, a previsão de visita de *benchmarking* ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), momento no qual o Ministro-Presidente colocou-se à disposição para fazer um primeiro contato junto ao comando do referido Centro. A palavra foi devolvida à Raissa Fernandes, para tratar do projeto Sistema de Apoio à Gestão de Pessoas (SISGEP). Com a participação do Diretor de Tecnologia da Informação, foi mostrado que a implantação do e-social, ao mesmo tempo em que a força de trabalho da DITIN foi reduzida, impactou negativamente o andamento do projeto. Dessa forma, três propostas de continuidade foram apresentadas: contratação de um sistema de gestão de recursos humanos privado; implantação do sistema SERH, desenvolvido pela Justiça Federal; e a continuidade do desenvolvimento do sistema pelo STM. Entendeu-se que a melhor proposta era a implantação do sistema SERH, tendo o Ministro-Presidente se disponibilizado a contribuir, entrando em contato com o presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF). Continuando, a Assessora da AGEST passou a tratar da proposta de inclusão de novos projetos à CPE. Assim, passou a palavra ao Assessor de Contabilidade para falar do projeto de implantação do sistema custos na JMU. O Assessor iniciou apresentando os objetivos e os fundamentos legais que determinam a adoção do sistema de custos, que tem como aplicabilidade subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores. Foi apresentado, ainda, um breve planejamento com os próximos passos previstos. O Ministro-Presidente aprovou a inclusão desse novo projeto na CPE. Encerrando o tema, a Assessora da AGEST tratou do projeto de Análise do Desenho Organizacional da JMU, que objetiva apresentar proposta de distribuição dos cargos e funções com critérios mínimos de priorização. Desse modo, foi apresentada uma proposta que contempla a criação de um Grupo de Trabalho (GT) responsável por analisar e elaborar propostas. Essas propostas seriam deliberadas pelo Comitê de Gestão de Pessoas. As deliberações desse Comitê passariam por uma análise decisória do Ministro-Presidente do STM para então serem aprovadas em Plenário, dando origem a uma resolução. Nesse momento a Dr^a Flávia Ximenes propôs que a 1^a instância da JMU ficasse de fora do projeto, uma vez que já existe um trabalho a respeito da sua estrutura funcional e, ainda, considerando a autonomia funcional da 1^a instância. O Ministro-Presidente aprovou a inclusão do projeto na CPE e pontuou que trata-se de assunto de extrema importância, o qual exige mais debate. A Assessora da AGEST passou, então, a tratar das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da JMU. Começando pela Meta Nacional 1, julgar mais processos que distribuídos, observou-se na 1^a Instância que, de 01/01/2023 a 30/04/2023, 424 processos foram distribuídos e 338 foram julgados. No STM 214 processos foram distribuídos e 183 foram julgados. Referente à Meta Nacional 2, julgar 99% os processos mais antigos, observou-se que no STM, de 01/01/2023 a 30/04/2023, o resultado de 95,7% e na 1^a Instância, onde a meta é de julgar 95% dos processos mais antigos, o resultado observado para o mesmo período foi de 91,6%. A Assessora pontuou que, tanto para a Meta Nacional 1 quanto para a Meta Nacional 2, a JMU apresenta sempre um estoque relativamente novo de processos, situação diferente da maioria dos tribunais. Situação que também afeta a Meta Nacional 4, apresentada na sequência, a qual determina priorizar o julgamento dos processos mais antigos relativos à corrupção e à improbidade administrativa. Da meta de 99% para o STM em 2023, o resultado obtido até 30/04/2023 foi

de 93,5%. Para a 1ª Instância, da meta de 95%, o resultado até 30/04/2023 foi de 86%. Como trata-se de poucos processos, a Assessora mostrou a lista de processos pendentes e que estão impedindo que se atinja a Meta 2 e Meta 4. Passando para a Meta 9, a qual estipula para 2023 a criação de um projeto de inovação, no âmbito do Laboratório de Inovação, e que atenda a algum Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2023 da Organização das Nações Unidas, a Assessora apresentou um breve histórico desde a formalização do Laboratório de Inovação da JMU, ainda em 2022, até o momento atual, com a criação do projeto solicitado pela meta e o respectivo cadastro na plataforma Renovajud, do Conselho Nacional de Justiça. Passando para as Metas Específicas, a Meta 1 trata de julgar, em até 180 dias corridos, 55% dos processos originários e recursos no STM. De um total de 258 processos julgados até 30/04/2023, 130 processos cumpriram a meta, gerando um resultado de 50,4%. Para a Meta Específica 2, que trata de ações de divulgação da Justiça Militar da União, a Assessora apresentou os resultados de 2022, em que somente a 7ª e 8ª CJM's não atingiram a meta de divulgação, de duas ações cada uma. Todas as demais CJM's e o STM atingiram a meta estabelecida. Nada mais havendo a ser tratado, o Ministro-Presidente agradeceu a presença de todos, declarando a reunião encerrada quinze horas e trinta minutos.



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA FERNANDES MARINHO, ACESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**, em 07/06/2024, às 14:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HENRIQUE DE SOUSA NASCIMENTO, Chefe de Seção**, em 07/06/2024, às 17:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO REY LAURETO, DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, em 07/06/2024, às 17:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 07/06/2024, às 18:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA, SECRETARIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA**, em 07/06/2024, às 18:45 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 08/06/2024, às 21:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IANNE CARVALHO BARROS, DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, em 09/06/2024, às 17:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA XIMENES AGUIAR DE SOUSA, Juíza Federal da Justiça Militar**, em 10/06/2024, às 10:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SUZANE MATOS PESSOA, CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS**, em 10/06/2024, às 13:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCONDES JOSE FREITAS BASTOS, ASSESSOR DE CONTABILIDADE**, em 13/06/2024, às 16:21 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3216482** e o código CRC **275D66AC**.

3216482v23